



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

DECRETO Nº 5.074, DE 09 DE JULHO DE 1999.

- Revogado Decreto nº 9.283, de 30-07-2018, art. 24.

Legenda :

Texto em Preto	Redação em vigor
Texto em Vermelho	Redação Anterior

~~Aprova o Regulamento do Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria Geral do Estado – FUNPROGE e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e nos termos do art. 3º da Lei nº 10.067, de 30 de junho de 1986, e tendo em vista o que consta do Processo nº 17074541,~~

~~D E C R E T A :-~~

~~Art. 1º—Fica aprovado o anexo Regulamento do Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria Geral do Estado – FUNPROGE.~~

~~Art. 2º—Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 09 de julho de 1999, 111º da República.~~

~~MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
Floriane Gomes da Silva Filho~~

~~(D.O. de 14-07-1999)~~

**REGULAMENTO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E
REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO – FUNPROGE**

~~Art. 1º O Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria Geral do Estado – FUNPROGE, criado pela Lei nº 10.067, de 30 de junho de 1986, constitui instrumento destinado à captação de recursos financeiros de modo a garantir o atendimento de despesas com aquisição de obras, publicações, equipamentos e gastos decorrentes da realização e participação dos Procuradores do Estado em cursos, seminários, congressos e outros eventos de natureza jurídica e, ainda, distribuição aos Procuradores do Estado, de honorários advocatícios decorrentes de demandas judiciais nas quais o Estado figure como parte.~~

~~—Redação dada pelo Decreto nº 7.778, de 27-12-2012—~~

~~Art. 1º—O Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria Geral do Estado – FUNPROGE, criado pela Lei nº 10.067, de 30 de junho de 1986, com modificação introduzida pelo art. 51, inciso I, da Lei Complementar nº 24, de 8 de junho de 1998, constitui instrumento destinado à captação de recursos financeiros de modo a garantir o atendimento de despesas com aquisição de obras, publicações, equipamentos e gastos decorrentes da realização e participação dos Procuradores do Estado em cursos, seminários e congressos e outros eventos de natureza jurídica.~~

~~Art. 2º—O FUNPROGE é constituído das seguintes fontes de receita:-~~

~~I—50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios decorrentes de demandas judiciais nas quais o Estado figure como parte;-~~

~~—Redação dada pelo Decreto nº 7.778, de 27-12-2012—~~

~~I—25% (vinte e cinco por cento) dos honorários advocatícios provenientes de ações judiciais, nas quais o Estado de Goiás figure como parte;~~

~~II—créditos consignados no orçamento estadual e em leis específicas;~~

~~III—donativos, legados e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nacionais ou internacionais;-~~

~~IV—auxílios ou subvenções concedidas pelo Estado de Goiás, pela União e outros Estados, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;~~

~~V—juros e outros rendimentos dos seus depósitos, mediante aplicações financeiras;~~

~~VI—recursos financeiros provenientes de convênios firmados pelo Estado de Goiás com instituições nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;~~

~~VII—o valor correspondente ao produto da arrecadação de taxas de inscrições em concursos públicos, cursos, seminários, palestras, congressos e outros eventos organizados pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado;~~

~~VIII—outras receitas que lhe forem destinadas por decreto do Chefe do Poder Executivo—~~

~~Art. 3º—O FUNPROGE terá orçamento próprio, integrando o orçamento geral do Estado, aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, cuja gestão ficará a cargo do Superintendente de Administração e Finanças da Procuradoria Geral do Estado, observadas as disposições do § 2º do art. 1º da lei nº 10.067, de 30 de junho de 1986.~~

~~Art. 4º—Os recursos destinados ao FUNPROGE têm por objetivo o atendimento do disposto no art. 1º deste regulamento, mediante observância do Plano Anual de Despesas, elaborado pelo Centro de Estudos e aprovado pelo Procurador Geral do Estado.~~

~~§ 1º—Até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Procurador Chefe do Centro de Estudos submeterá à aprovação do Procurador Geral do Estado os programas de trabalho, que integrarão o Plano Anual de Despesas.~~

~~§ 2º—Os gastos não incluídos no Plano de que trata esse artigo somente serão admitidos quando devidamente justificados pelo Procurador Chefe do Centro de Estudos e previamente autorizados pelo Procurador Geral do Estado.~~

~~Art. 5º Os recursos financeiros do FUNPROGE serão movimentados em conta própria, em instituição bancária a cargo da administração pública.~~

~~—Redação dada pelo Decreto nº 7.778, de 27-12-2012—~~

~~Art. 5º—Os recursos financeiros do FUNPROGE serão movimentados em conta própria, em agência do Banco do Estado de Goiás S/A.~~

~~Art. 6º—São atribuições do gestor financeiro do FUNPROGE:~~

~~I—promover a execução orçamentária e financeira do Fundo, procedendo ao registro contábil das receitas e despesas;~~

~~II—elaborar balancetes, balanços, prestação de contas e demonstrativos da execução orçamentária e financeira do Fundo, bem como dos convênios, acordos, contratos e ajustes, na forma da legislação vigente;~~

~~III—movimentar e controlar a conta bancária do FUNPROGE, juntamente com o Procurador Chefe do Centro de Estudos.~~

~~Art. 7º—Todos os bens que vierem a ser adquiridos pelo FUNPROGE integrarão o patrimônio do Estado de Goiás.~~

~~Art. 8º—O FUNPROGE manterá contabilidade própria, ficando sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sem prejuízo do controle interno e auditoria do Poder Executivo.~~

~~Art. 9º—As importâncias devidas ao Estado de Goiás, a título de honorários advocatícios, serão recolhidas, mediante ficha comum de depósito, na conta Procuradoria Geral do Estado—honorários e, por ato do Procurador Geral do Estado, terão a destinação prevista nos incisos I e II do art. 51 da Lei Complementar nº 24, de 8 de junho de 1998, e nos incisos I e II do art. 12 deste regulamento, com modificações posteriores.~~

~~—Redação dada pelo Decreto nº 5.222, de 19-04-2000—~~

~~Art. 9º—Em obediência ao disposto nos arts. 13, § 2º, e 51 da Lei Complementar nº 24, de 8 de junho de 1998, as importâncias devidas do Estado de Goiás a título de honorários advocatícios serão recolhidas, mediante uso de ficha comum de depósito, ao Banco do Estado de Goiás, que repassará automaticamente 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor à conta do Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria Geral do Estado—FUNPROGE, e igual percentual ao Fundo de Assistência Judiciária da Procuradoria Geral do Estado.~~

~~Parágrafo único—Os honorários advocatícios provenientes de ações judiciais, depositados em juízo, serão levantados por Procurador do Estado na quantia fixada judicialmente e levados à conta bancária indicada no “caput” deste artigo.~~

~~Art. 10—No caso de composição nas ações de execução fiscal, com pagamento integral ou parcelamento de débito, os honorários advocatícios serão fixados pelo Secretário da Fazenda ou por sua delegação, observado o seguinte escalonamento:~~

~~—Alterado pelo Decreto nº 5.504, de 1º-11-2001.~~

VALOR DO DÉBITO	ALÍQUOTAS
Até R\$ 500.000,00	de 7% a 10%
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.500.000,00	de 4% a 6%
Acima de R\$ 1.500.000,00	3%

~~Parágrafo único — É defeso o parcelamento dos honorários advocatícios de que trata este artigo e sua quitação dar-se-á antecipadamente pela parte executada.~~

~~Art. 11 — A Secretaria da Fazenda encaminhará à Procuradoria Geral do Estado, para fins e suspensão ou desistência da ação, documento versando sobre o inteiro teor do acordo, devidamente acompanhado do comprovante de depósito dos honorários advocatícios.~~

~~Art. 12 — Para efeito de cumprimento do disposto no art. 51, inciso III, da Lei Complementar nº 24, de 8 de junho de 1998, 50% (cinquenta por cento) dos valores dos honorários advocatícios provenientes de ações judiciais em que o Estado de Goiás seja parte atenderão aos seguintes fins:—~~

~~—Revogado pelo Decreto nº 7.778, de 27-12-2012, art. 7º § 4º.—~~

~~†—25% (vinte e cinco por cento) serão destinados à Organização das Voluntárias de Goiás—OVG, mediante convênio, para o desenvolvimento de atividades beneficentes e filantrópicas;—~~

~~—Redação dada pelo Decreto nº 5.222, de 19-04-2000.—~~

~~—Revogado pelo Decreto nº 7.778, de 27-12-2012, art. 7º § 4º.—~~

~~†—40% (quarenta por cento) serão destinados a entidades sem fins lucrativos, que visem a atendimentos beneficentes e filantrópicos, mediante convênio;~~

~~II—25% (vinte e cinco por cento) para serem partilhados entre os integrantes dos quadros da Procuradoria Geral do Estado, em exercício, mediante critérios fixados pelo Procurador Geral e tendo em vista o interesse da produtividade dos serviços jurídicos.—~~

~~—Redação dada pelo Decreto nº 5.222, de 19-04-2000.—~~

~~—Revogado pelo Decreto nº 7.778, de 27-12-2012, art. 7º § 4º.—~~

~~II—10% (dez por cento) para serem partilhados entre os servidores do quadro de pessoal da Procuradoria Geral do Estado, mediante critérios fixados pelo Procurador Geral e tendo em vista o interesse da produtividade dos serviços jurídicos.~~

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 14.07.1999.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgãos Relacionados	Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria-Geral do Estado Organização das Voluntárias de Goiás - OVG Poder Executivo Procuradoria-Geral do Estado - PGE Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE